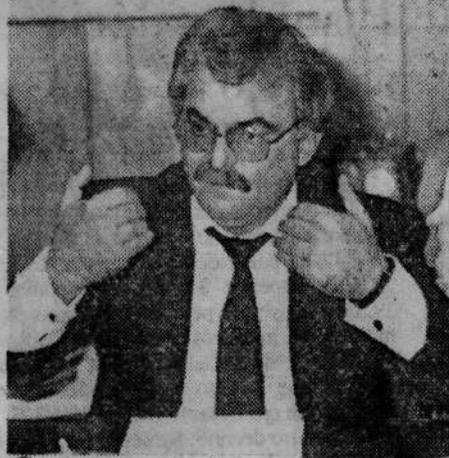


Governo suspende Cz\$ 23 bilhões em crédito rural



Camargo: medida preventiva

BRASÍLIA — A suspensão dos empréstimos de custeio agropecuário, com recursos do Tesouro, pelo Banco do Brasil, é uma medida "preventiva", até que o governo tenha uma estimativa do custo da anistia da correção monetária, nos empréstimos de produtores rurais e pequenos empresários, aprovada pela Constituinte. A explicação foi dada ontem pelo secretário-geral, Paulo César Ximenes, e pelo secretário de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista de Camargo.

Ximenes informou que a estimativa do custo da anistia será concluída na próxima semana. "Então decidiremos se a suspensão será mantida ou não", completou. Camargo justificou a suspensão dizendo que os produtores rurais foram os "mais beneficiados" pela anistia, por isso "serão os primeiros a pagar".

A suspensão atinge Cz\$ 23 bilhões, dos Cz\$ 33 bilhões previstos para desembolso este mês. O governo não suspenderá os financiamentos para comercialização da safra, estimados em Cz\$ 65 bilhões. Segundo Camargo, julho corresponde ao pico do financiamento da comercialização e ao vale do financiamento de custeio.

A Fazenda previa o retorno de Cz\$ 55 bilhões em financiamentos de custeio, o que daria um resultado líquido de Cz\$ 25 bilhões a serem aplicados este mês. A partir de agosto, porém, começa o custeio da safra de verão no Centro Sul, e os desembolsos seriam crescentes: de 40 a 50 bilhões em agosto, 100 bilhões em setembro e 150 bilhões em outubro. A depender da avaliação do custo da anistia, esses desembolsos serão reduzidos.

Camargo admitiu que não será possível suspender totalmente o financiamento de custeio da próxima safra, por isso, a depender do custo da anistia, outras medidas serão estuda-

das pelo governo, do lado da despesa e da receita. Ximenes disse que o aumento do Imposto de Renda será uma das últimas alternativas do governo.

Segundo Camargo, ainda é muito cedo para estimar o prejuízo do Tesouro com a anistia. "Qualquer número, hoje, seria uma irresponsabilidade, até porque a emenda é muito mal redigida, dá margem a muitas dubiedades", alegou. Uma das imprecisões é o conceito de módulo rural, que se aplica não só para regiões como portidos de culturas diferentes.

Pela interpretação de Camargo, a anistia beneficiará inclusive os produtores de soja e de laranjas, culturas que apresentam consideráveis aumentos de produtividade e de preços no mercado internacional. "Essa é mais uma das injustiças implícitas dessa anistia", afirmou.

Sarney responsabiliza anistia

BRASÍLIA — O presidente José Sarney explicou que o governo suspendeu, por prazo indeterminado, todos os programas que concedem auxílio às pequenas e médias empresas devido à aprovação da anistia pela Constituinte. Ao justificar a medida, o presidente advertiu: "Nós temos exemplos muito claros na América Latina de que toda vez que enfrentamos problemas econômicos eles desembocam em problemas sociais, os problemas sociais desembocam em problemas políticos e os problemas políticos em problemas institucionais. O preço que se paga por tudo isso é o preço da democracia".

Em entrevista coletiva de manhã, no Palácio da Alvorada, convocada inicialmente para falar apenas sobre a viagem à China, o presidente explicou que o congelamento dos benefícios às pequenas e médias empresas foi adotado "para salvar o programa fiscal" do governo, que, segundo ele, foi colocado em risco pela Constituinte. "Sem estas medidas — acrescentou Sarney — evidentemente vamos cair no descontrole e na ingovernabilidade."

A primeira providência adotada pelo gover-

no em resposta à concessão da anistia foi a suspensão dos financiamentos para custeio e investimento agrícolas. O presidente da República recomendou a decisão logo após a votação da anistia, segundo revelou. "Nós determinamos ao ministro do Planejamento a suspensão dos programas orçamentários no que se refere também a pequenas e médias empresas nos programas específicos", anunciou o presidente.

Sarney informou que vai tomar "todas as medidas necessárias, com o maior rigor, para manter a linha de contenção do déficit público". Ele disse que viaja à China "extremamente preocupado" com as repercussões da decisão da Constituinte e previu que ela "vai criar um sacrifício gigantesco para o povo brasileiro". Sarney antecipou que as medidas nesta área terão que ser "duras", para manter o equilíbrio das contas do governo.

"Eu tenho pago custos políticos altos nas decisões que tenho sido obrigado a tomar. Mas estou fazendo, e farei, porque acho que é meu dever e é para benefício do país", acrescentou o presidente.

Condenação tem unanimidade

SÃO PAULO — Algumas das principais lideranças da agricultura, que se encontraram ontem na Federação do Comércio de São Paulo para um Seminário sobre as perspectivas do café, foram unânimes em condenar a anistia para uma parcela de produtores rurais, aprovada na véspera pela Constituinte. E já prometem tomar providências: O presidente da Confederação Nacional do Café, entidade que representa 440 mil produtores e responde por 50% da produção no país, estuda a possibilidade de entrar com ações na Justiça, reivindicando os mesmos direitos para os associados não contemplados pela medida.

Igual caminho será tomado pelo Sindicato Rural de Bauru, capitaneado pelo agricultor Maurício Lima Verde, enquanto o presidente do Sindicato Rural Brasileiro (SRB), Flávio Teles Menezes, promete redobrar seus esforços para sensibilizar os segmentos da agricultura com problemas a engrossar o movimento para diminuir a presença do governo no controle da política para o setor.

"Que anistia?", ironizou Teles de Menezes, para quem a votação de anteontem teve um caráter surrealista, como constatação de que "o Brasil está realmente perdendo o bom senso".

Retaliação — O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Ari Marimon, classificou em Porto Alegre como pura retaliação, o corte para créditos rurais e custeios, anunciado pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em consequência da anistia aos pequenos produtores rurais e

microempresários aprovada pela Constituinte. Contrário ao perdão simples dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado, Marimon revelou que a maioria dos agricultores queria apenas negociar seus débitos.

O vice-presidente da Função (Fundação de Desenvolvimento e Uso do Aço), Hans Schlacher, que é presidente da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, previu em entrevista em Belo Horizonte que diante do "calote" da correção monetária "o governo vai ficar sem dinheiro e será mais difícil a liberação de preços para o aço, nos índices pedidos". Ele comentou que no dia 6 passado o governo liberou um reajuste de 15%, contra os 35% solicitados.

Oportunismo — "Não se pode mais conviver com a pilantragem e o oportunismo", desabafou em S. Paulo o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos Febraban, Antonio de Pádua Rocha Diniz, ao lembrar que muitas lideranças da classe produtiva orquestraram uma mobilização nas galerias da Constituinte para forçar uma decisão favorável à anistia aos micro e pequenos empresários, anteontem.

O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, Klaus Wilms, condenou em Porto Alegre a aprovação, pela Constituinte, da anistia da correção monetária aos microempresários e produtores rurais, acusando os constituintes de "imediatistas que somente buscam votos", para as próximas eleições. "Estou triste por ter descoberto a real face da Constituinte; os nossos políticos são interesseiros e nem um pouco sérios", desabafou.